

Salário bruto de deputado é de Cr\$ 17 milhões este mês

Christiane Samarco

BRASÍLIA — Os deputados levaram um susto com o desconto de Cr\$ 4,8 milhões nos contracheques de janeiro, distribuídos esta semana pela administração da Câmara. Mas eles não têm motivo para queixa: o primeiro vencimento bruto de 1992 soma 17,2 milhões — Cr\$ 7,3 milhões líquidos e Cr\$ 5,1 milhões por conta da metade do pagamento correspondente à convocação extraordinária em meio ao recesso. O custo ficou por conta da devolução aos cofres públicos de Cr\$ 2,3 milhões, além do desconto do Imposto de Renda e da mensalidade devida ao Instituto de Previdência dos Congressistas.

A devolução corresponde à verba de representação paga em dezembro, de acordo com resolução que aumentou indevidamente os salários dos deputados. Na iminência de ver sua resolução decretada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido do PT e do PSDB, o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), tratou logo de revogá-la.

Mesmo com uma nova resolução menos generosa que a primeira, em que Ibsen justificou o aumento pelo princípio da isonomia constitucional com o alto escalão do Executivo, cada um dos 503 deputados colocará no bolso, hoje, Cr\$ 7,3 milhões de salário líquido mais os Cr\$ 5,1 milhões extraordinários, que não têm desconto. Isso significa que os deputados tiveram o

espantoso reajuste de 480%, em relação a novembro de 1991, quando recebiam Cr\$ 2,6 milhões. De quebra, ainda foram premiados com a convocação extraordinária feita pelo presidente Fernando Collor, o que lhes renderá mais Cr\$ 10,2 milhões este mês. A segunda metade será paga caso o parlamentar compareça a um terço das sessões.

Há dois meses, a questão salarial dos deputados foi objeto de uma sessão plenária tensa, em que não faltaram palavrões de pemedebistas como Gedel Vieira Lima (BA), contra os petistas que resistiam a aceitar a fórmula do reajuste proposta pela presidência da Câmara. “Fui con-

tra o primeiro projeto, revogado na semana seguinte, porque ele estabelecia um gatilho de reajuste salarial que disparava toda vez que houvesse aumento na verba de representação dos servidores do Executivo”, conta o líder do PT, José Genoíno (SP).

O que moveu o acirramento dos ânimos naquele novembro foi a revolta contra um salário considerado “injusto e insuficiente” pela presidência da Casa. No mês seguinte, os deputados já receberam três contracheques — um com o subsídio e dois suplementares, a título de “ajuda de custo” — que somaram Cr\$ 11,4 milhões.



José Genoíno



Ibsen Pinheiro